



PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA COMARCA DE SÃO JOSÉ DO CAMPESTRE
RUA SENADOR GEORGINO AVELINO, Nº 515, CENTRO
FONE: (84)3294-3994

IC nº 21/2012

Data de Instauração: 21/03/2011

Objeto: Eleição e funcionamento do Conselho Municipal de Educação

TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, neste ato representado pelo Promotor de Justiça da Comarca de São José do Campestre, Dr. Flávio Henrique de Oliveira Nóbrega, doravante denominado **TOMADOR DO COMPROMISSO**, e, de outro lado, Luciano Ferreira, casado, Presidente do Conselho Municipal de Educação, residente na Rua Francisca de Pontes, nº 61, São José do Campestre, doravante denominado **COMPROMISSÁRIO**, celebram o presente **COMPROMISSO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA**, em conformidade com o disposto no artigo 5º, §6º, da Lei n. 7.347/85, no artigo 7º. da Lei n. 7.853/89 e na Resolução nº. 002/2008-CPJ/RN, mediante os termos adiante transcritos:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DO COMPROMISSÁRIO

O compromissário compromete-se a: a) cumprir as atribuições previstas na Lei Municipal nº 489/00, realizando, para tanto, reuniões bimestrais; b) encaminhar ao Ministério Público as atas dessas reuniões; e c) informar ao Ministério Público qualquer resistência imposta pelo Poder Executivo ao exercício de suas funções.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA FISCALIZAÇÃO

O **TOMADOR DO COMPROMISSO** poderá fiscalizar a execução do presente

acordo, tomando as providências legais cabíveis, sempre que necessário, isoladamente ou com o auxílio de outros órgãos que possuam atribuições correlatas com o objeto deste termo de ajustamento.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA PENALIDADE POR DESCUMPRIMENTO

O não cumprimento total ou parcial da obrigação estabelecida na cláusula PRIMEIRA implica multa no valor de R\$ 500,00 (quinhentos reais) por item, acrescida de atualização monetária e juros de mora.

DISPOSIÇÕES FINAIS

O presente compromisso de ajustamento de conduta produzirá efeitos legais a partir de sua celebração, e terá eficácia de título executivo extrajudicial, na forma dos arts. 5º, § 6º, da Lei nº 7.347/85 e 585, II, do Código de Processo Civil.

Verificadas todas as cláusulas e por estarem de acordo, firmam as partes o presente compromisso, em 03 (três) vias originais e idênticas, todas rubricadas e assinadas ao final.

São José do Campestre, 10 de julho de 2013.

Luciano Ferreira

Presidente do Conselho Municipal de Educação

Flávio Henrique de Oliveira Nóbrega

Promotor de Justiça